

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes
Coordenadores

inteligência artificial e relações privadas

Relações existenciais e a proteção da pessoa humana

Volume 2

FORUM

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
MARCOS CATALAN
CLÁUDIA RIBEIRO PEREIRA NUNES
Coordenadores

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RELAÇÕES PRIVADAS

VOLUME 2

RELAÇÕES EXISTENCIAIS E A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA

Conheça outros títulos
que tratam de Direito e Tecnologia,
coordenados por autores desta obra:



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E
RELAÇÕES PRIVADAS
Volume 1

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes
Coordenadores



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E
RELAÇÕES PRIVADAS
Volume 3

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Cláudia Ribeiro Pereira Nunes
Coordenadores



DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA
Tomo I

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores

2ª edição revista e atualizada



DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA
Tomo II

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores

2ª edição revista e atualizada



DIREITO DO CONSUMIDOR E
NOVAS TECNOLOGIAS

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores



DIREITO CIVIL:
FUTUROS POSSÍVEIS

Marcos Ehrhardt Júnior
Coordenador

Área específica

DIREITO CIVIL

Áreas afins

DIREITO E TECNOLOGIA

Palavras-chave

Direito Civil e Tecnologia. Novas Tecnologias.
Inteligência Artificial. Direito e Tecnologia. IA e Direito.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3096

I61

Inteligência artificial e relações privadas: relações existenciais e a proteção da pessoa humana / Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Cláudia Ribeiro Pereira Nunes. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 2.

388p.; 14,5cm x 21,5cm.

v.2

ISBN: 978-65-5518-577-5

1. Direito civil e tecnologia. 2. Novas tecnologias. 3. Inteligência artificial - IA. 4. Direito e tecnologia. 5. Direito. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Nunes, Cláudia Ribeiro Pereira. IV. Título

CDD 342.085

CDU 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; NUNES, Cláudia Ribeiro Pereira (Coord.). *Inteligência artificial e relações privadas: relações existenciais e a proteção da pessoa humana*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 2. 388p. ISBN 978-65-5518-577-5.

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Líder do Grupo de Pesquisas Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL) e Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. E-mail: contato@marcosehrhardt.com.br.

MARCOS CATALAN

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Estágio pós-doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020-2021). Visiting Scholar no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Diretor do Brasilcon (2020-2021). Advogado parecerista.

CLÁUDIA RIBEIRO PEREIRA NUNES

Pós-doutora e supervisora da segunda autora em Novas Tecnologias e Direito, MICHHR – Università degli Studi di Reggio Calabria/IT. Membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD) – Comitê Público. Investigadora visitante do Grupo de Investigação GIESA INNOVATION da Universidad Complutense de Madrid, e do Grupo de Pesquisa de Michelle L. Bell em Yale University. Professora Colaboradora do Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa GGINNS. E-mail: claudrib@ucm.es e claudia.ribeiropereiranunes@yale.edu.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

RELAÇÕES EXISTENCIAIS E TUTELA DA PESSOA HUMANA: PREOCUPAÇÕES EMERGEM NO CONTATO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM O DIREITO PRIVADO

Claudia Ribeiro Pereira Nunes, Marcos Catalan,
Marcos Ehrhardt Junior..... 13

PARTE I

SOFTLAW E ASPECTOS ÉTICOS RELATIVOS A APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

UN ENSAYO LIBREPENSANTE. LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL DESDE UNA PERSPECTIVA ETICA

Arturo Caumont..... 19

ESG E *BLOCKCHAIN*: ENSAIO SOBRE O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA CONECTADA

Filipe Lôbo Gomes, Camille Lima Reis..... 25

- 1 A tríade do ESG como novo paradigma..... 25
- 1.1 As transformações da sociedade conectada e o direito ao desenvolvimento no contexto da gestão pública ecoeficiente..... 25
- 1.2 As concepções da governança como resposta às demandas sociais... 32
- 1.3 O Estado e sua responsabilidade social..... 40
- 2 O *blockchain* como concretizador da governança: a inteligência artificial operando a favor da Administração Pública..... 44
- 2.1 As dimensões que envolvem o termo “governança” e o pontapé tecnológico 44
- 2.2 Principiologia da governança pública 47
- 2.3 O *blockchain* como viabilizador da governança na máquina pública... 49
- 3 Considerações finais 54
- Referências 55

CHATGPT E O FUTURO DO COMPLIANCE: OPORTUNIDADE OU PERIGO IMINENTE?

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro, Luiz Henrique Zarur Fernandes..... 59

ETHICAL CHALLENGES ARISING FROM MACHINE LEARNING TOOLS. DEEP LEARNING MODELING OF CONVOLUTIONAL NEURAL NETWORK. DATA MINING. GENE EDITING

Pedro Diaz Peralta..... 73

- 1 Applying Self- Regulation to Machine Learning Processes..... 73
- 1.1 Machine Learning 75
- 1.2 Pervasive Ubiquitous Computing 76
- 1.2.1 Application of artificial intelligence to modify consumer perception and choices..... 78
- 1.3 Deep Learning. Types Of Algorithms Used..... 78
- 1.3.1 Convolutional Neural Networks and Multilayer Perceptrons..... 79
- 2 Machine Learning and Protection of Privacy 79
- 2.1 Facial Recognition, A Real Challenge 80
- 2.2 Human-Computer Interaction Technologies 81
- 2.3 Privacy Enhancing Technologies – PET..... 82
- 2.4 Controversial Software..... 84
- 2.5 Protection of Privacy and Private Life 85
- 2.5.1 Moratorium..... 86
- 2.5.2 Towards an Absolute Moratorium on Experiments Altering the Human Germline 88
- References 89

PARTE II

OPORTUNIDADES E DESAFIOS NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A NECESSIDADE DE TUTELA DA PESSOA HUMANA

O HOMEM BICENTENÁRIO EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

José Barros Correia Júnior.....	95
1 Do Andrew ao GPT	95
2 Diálogos com uma inteligência artificial	98
3 Direitos autorais em tempos de inteligência artificial	105
4 Conclusões	110
Referências	111

A AUTOMAÇÃO DE DECISÕES POR SISTEMAS COMPUTACIONAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL BASEADAS EM PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL (PLN): PROBLEMAS INTERPRETATIVOS E SUAS REPERCUSSÕES NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Rafael Oliveira Soares, Marcos Ehrhardt Jr.....	113
1 Considerações iniciais: um desejo antigo dos homens.....	113
2 Como as máquinas aprendem?.....	116
3 As dificuldades enfrentadas pela inteligência artificial no processo interpretativo	118
4 Quais cuidados devem ser adotados para reduzir os riscos de distorções e discriminações em decisões automatizadas?	121
5 Considerações finais	124
Referências	125

DESAFIOS PARA NORMATIZAR APLICATIVOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE PERMITEM “DIALOGAR” COM PESSOAS FALECIDAS

Carlos Nelson Konder, Nino Donato Oliva	129
1 Introdução: a busca pela perenidade em tempos de modernidade líquida.....	129
2 A inteligência artificial aplicada à criação de diálogos com pessoas falecidas	131
3 Natureza dos dados e seu regime normativo	135
4 Consentimento específico e destacado: alcance e viabilidade.....	138
5 Ausência de manifestação do titular em vida, legítimos interesses dos sucessores e outras circunstâncias inquietantes.....	141
6 Considerações finais	145
Referências	145

REFLEXÕES ENTRE A MORTE REAL E A VIDA DIGITAL: ENSAIO SOBRE O USO DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL QUE BUSCAM SUBSTITUIR PESSOAS QUE MORRERAM E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO BRASILEIRO

Leandro Reinaldo da Cunha, Júlia Fernandes de Mendonça.....	149
1 Introdução.....	149
2 O uso de inteligência artificial para substituição de pessoas falecidas no direito brasileiro: reflexões, permanência e regulação...151	
2.1 Reflexões preliminares sobre o uso de inteligência artificial para substituição de pessoas falecidas.....	153
2.2 Inteligência artificial, morte, permanência e possíveis impactos no Direito brasileiro.....	155
2.3 Sistemas de inteligência artificial que buscam a substituição de pessoas falecidas e a regulação da inteligência artificial no Brasil... 157	
3 Considerações finais	163
Referências	164

POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES DE MEMÓRIAS AFETIVAS FALSAS A PARTIR DE IMAGENS PRODUZIDAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Sérgio Coutinho dos Santos.....	167
1 Introdução.....	167

2	Pressupostos tecnológicos da representação que impõe padrões	168
3	Sinais de uma falsa teologia que se torna verdade	170
4	O <i>marketing</i> com representatividade ilusória.....	172
5	Uma foto de família não será mais a mesma	176
6	A insuficiência normativa para regulamentar os tratamentos de imagem	178
7	Considerações finais	180
	Referências	181

PARTE III

A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E OS RISCOS DAS APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL POR PESSOAS VULNERÁVEIS

A SENSIBILIDADE QUE AS MÁQUINAS JAMAIS TERÃO PARA O TRATO DO DIREITO DE FAMÍLIA

	Claudia Stein Vieira, Luiza Vero Fontes	185
1	Introdução.....	185
2	Alguns aspectos da atualidade	185
2.1	Conceito de <i>machine learning</i> e o avanço tecnológico.....	187
3	A inteligência artificial e o Poder Judiciário brasileiro	188
4	A inteligência artificial no Direito estrangeiro	192
5	Os impactos da inteligência artificial no Direito de Família.....	194
6	Conclusão	198
	Referências	199

INFÂNCIA HIPERCONNECTADA: RASTROS E RISCOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

	Bruna Lyra Duque	201
1	Introdução	201
2	Infância hiperconectada: rastros digitais e riscos.....	202
3	Manobras da inteligência artificial para o público infantil.....	206
4	Adoção de princípios e boas práticas: um olhar para a experiência europeia.....	208
5	Considerações finais	211
	Referências	212

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS RISCOS AOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

	Ana Carolina Brochado Teixeira, Anna Cristina de Carvalho Rettore	215
1	Introdução.....	215
2	Inteligência artificial e suas implicações no universo infantojuvenil... 216	
3	Riscos da inteligência artificial aos dados de crianças e adolescentes	219
4	Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes pelo ordenamento brasileiro	223
5	Formas de minimizar os riscos ao desenvolvimento infantil.....	233
6	Considerações finais	236
	Referências	236

ENTRE JOGOS VIRTUAIS E A NECESSÁRIA TUTELA DA INFÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE O *POKÉMON GO*

	Fernanda Melo Silva, Marcos Catalan	241
1	Notas ligeiras a título de exórdio.....	241
2	Jogos virtuais: vigília e modulação do comportamento humano.....	246
3	O <i>Pokémon Go</i> : vícios e benefícios	248
4	A provisoriedade de uma conclusão	256
	Referências	257

A VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PERSONAGEM KARINA, DA NOVELA *TRAVESSIA*

Acácia Gardênia Santos Lelis, Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar	261
1 Introdução.....	261
2 A violência sexual e psicológica sofrida por Karina, em <i>Travessia</i>	262
3 A violência sexual no contexto da inteligência artificial e a configuração do estupro virtual.....	266
4 O papel da teledramaturgia na abordagem do estupro virtual à luz dos princípios constitucionais aplicáveis.....	273
5 Considerações finais	278
Referências	279

AUTONOMIA INFANTOJUVENIL E DANOS NA INCLUSÃO DIGITAL

Maria Rita de Holanda	281
1 Notas introdutórias.....	281
2 Capacidade, vulnerabilidade e dimensões da autonomia infantojuvenil.....	285
3 Inclusão digital dos incapazes e possíveis danos.....	294
4 Notas conclusivas.....	299
Referências	300

“ISSO É TÃO *BLACK MIRROR!*”: A DISTOPIA DE “*ARKANGEL*” E OS LIMITES AO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE PARENTAL

Milton Pereira de França Netto, Patrícia Ferreira Rocha.....	303
1 Introdução.....	303
2 “ <i>Arkangel</i> ” e o monitoramento parental abusivo	304
3 O futuro está aqui: a distopia de controle se torna real.....	309
4 Limites ao exercício da autoridade parental na era digital.....	314
5 Conclusão.....	322
Referências	323

PARTE IV

APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CAMPO DO DIREITO À SAÚDE

ANÁLISE REGULATÓRIA E ÉTICA DA PROTEÇÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADAS NA SAÚDE

Cláudia Ribeiro Pereira Nunes, Camila Pinto Barreto da Silva	329
1 Introdução.....	329
2 Proteção de dados.....	330
2.1 Lei Geral de Proteção de Dados	331
2.2 Dados protegidos do paciente: prontuários eletrônicos e diagnósticos por imagens	332
3 Possível regulação da inteligência artificial e a ética em sua aplicação.....	334
3.1 No âmbito internacional	335
3.2 No âmbito brasileiro.....	337
3.2.1 Projetos de Lei nº 5.051/19, 21/20 e 872/21	337
3.2.2 A ética nos Projetos de Lei sobre IA	339
4 Lei Geral de Proteção de Dados e a proteção dos dados dos pacientes na aplicação da inteligência artificial na saúde.....	340
4.1 Transparência, princípio da autonomia da vontade e ética na saúde.....	340
4.2 Consentimento informado na aplicação da inteligência artificial na saúde	341
5 Considerações finais	344
Referências	345

USO DE *HEALTHBOTS* PARA A TRIAGEM DE PACIENTES EM UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PENSAR ANTES DE IMPLANTAR

Fernanda Schaefer.....	349
1 Introdução.....	349
2 Triagem de pacientes em serviços públicos de saúde de urgência e emergência	350
3 <i>Healthbots</i> e triagem de pacientes.....	357
4 Considerações finais	365
Referências	366

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

Juliana Carvalho Pavão, Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador	369
1 A inteligência artificial e sua aplicação nos dias atuais.....	369
2 As técnicas de reprodução humana assistida e sua regulamentação no Brasil.....	371
3 Aplicação da inteligência artificial na reprodução humana assistida: seleção de doadores e seleção de embriões.....	375
4 Considerações finais.....	379
Referências	380

SOBRE OS AUTORES.....	383
-----------------------	-----

Acácia Gardênia Santos Lelis

Advogada, Doutora em Direito pela linha de pesquisa Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela Sociedade Superior Estácio de Sá (RJ); Mestre em Direito pela PUC-PR, Programa de Direito Econômico e Socioambiental; Especialista em Direito Processual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); ex-Conselheira Seccional da OAB/SE; ex-Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/SE; Presidente Estadual do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM/SE); Professora do Curso de Direito da Universidade Tiradentes (SE) e da Faculdade Pio Décimo. Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE). *E-mail:* acacialelis@gmail.com.br.

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Coordenadora editorial da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*. Advogada.

Anna Cristina de Carvalho Rettore

Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Advogada.

Arturo Caumont

Ex Catedrático (Profesor Titular Grado 5 por Concurso) de Derecho Civil II (Obligaciones) y de Derecho Civil III (Contratos) de la Facultad de Derecho de la Universidad de la República (Uruguay). Ex Director Académico Fundador de la Maestría de Derecho, Orientación Derecho de Daños y de la Carrera de Especialización en Derecho de Daños de la Facultad de Derecho de la Universidad de la República (Uruguay). Académico de Número Fundador de la Academia Nacional de Derecho del Uruguay. Académico Correspondiente de la Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba (Argentina). Miembro Honorario de la Academia Mexicana de Derecho Juan Velásquez A.C. Co Fundador del Núcleo de Derecho Civil (Grupo de Investigación de la Universidad de la República/Uruguay). Co Director de la *Revista Crítica de Derecho Privado* (Uruguay).

Bruna Lyra Duque

Doutora e Mestre do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Especialista em Direito Empresarial pela FDV. Coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito de Família e das Sucessões da FDV. Professora de Direito Civil da graduação e pós-graduação *lato sensu* da FDV. Advogada. *E-mail:* bruna@lyraduque.com.br.

Camila Pinto Barreto da Silva

Doutora em Filosofia. Professora Titular e Pesquisadora do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD) – Comitê Público. Diretora e Advogada Sênior do Barreto Law Office. Pós-doutoranda em Novas Tecnologias e Direito, MICHR – Università degli Studi di Reggio Calabria (Itália). Membro do Grupo de Pesquisa em Direito Comparado Global: Governança, Inovação e Sustentabilidade (GGINNS). Avaliadora de revistas científicas. *E-mail:* camila.silva@unimes.edu e camilabps@gmail.com.

Camille Lima Reis

Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora de Direito pela Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste. Advogada. Vice-Presidente da Associação Ame.

Carlos Nelson Konder

Professor do Departamento de Direito Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor e mestre em direito civil pela UERJ. Especialista em direito civil pela Universidade de Camerino (Itália). Advogado.

Cláudia Ribeiro Pereira Nunes

Pós-doutora e supervisora da segunda autora em Novas Tecnologias e Direito, MICHR – Università degli Studi di Reggio Calabria (Itália). Membro da Associação Nacional dos Profissionais de Privacidade de Dados (ANPPD) – Comitê Público. Investigadora visitante do Grupo de Investigación Giesa Innovation da Universidad Complutense de Madrid e do Grupo de Pesquisa de Michelle L. Bell em Yale University. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas. Grupo de Pesquisa em Direito Comparado Global: Governança, Inovação e Sustentabilidade (GGINNS). *E-mail:* claudrib@ucm.es e claudia.ribeiroperieranunes@yale.edu.

Claudia Stein Vieira

Mestre e Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Direito Civil na Pós-Graduação da Escola Paulista de Direito (EPD). Advogada especializada em Direito de Família e das Sucessões. Membro da Comissão Temática de Contratos e Direito de Família do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Coordenadora do Núcleo Temático em Direito de Família e Sucessões da Escola Superior de Advocacia (ESA-SP) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo. Integrante da Comissão Especial de Direito Civil da OAB-SP. Professora de Direito Civil em diversos cursos. Coautora de várias obras.

Fernanda Melo Silva

Graduanda em Direito na Universidade La Salle. Pesquisadora de Iniciação Científica na Universidade La Salle. Bolsista FAPERGS – PROBITI.

Fernanda Schaefer

Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Bolsista CAPES. Doutorado em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná, curso em que realizou doutorado sanduíche nas Universidades do País Basco e Universidade de Deusto (Espanha) como bolsista CAPES. Professora do UniCuritiba. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Direito Médico e da Saúde da PUC-PR. Assessora Jurídica CAOP Saúde MPPR. Contato: ferschaefer@hotmail.com.

Filipe Lôbo Gomes

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor no mestrado e na graduação em Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do CESMAC. Professor da Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Pesquisador líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos da Regulação e da Nova Gestão Pública. Sócio fundador do Instituto de Direito Administrativo do Estado de Alagoas (IDAA). Procurador-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas.

José Barros Correia Júnior

Doutor em Constitucionalização das Relações Privadas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Recife (UFPE). Mestre em Direito Privado pela Faculdade de Direito de Recife/UFPE. Professor dos cursos de graduação e mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Advogado militante.

Júlia Fernandes de Mendonça

Advogada e Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora na Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa. Ex-presidente e Conselheira do Laboratório de Inovação e Direitos Digitais da UFBA (Labid).

Juliana Carvalho Pavão

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Advogada.

Leandro Reinaldo da Cunha

Doutorado e Pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular livre de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder dos grupos de pesquisa Conversas Civilísticas e Direito e Sexualidade.

Luiz Henrique Zarur Fernandes

Pós-Graduando em Governança, Risco, Controles Internos e *Compliance* pela Universidade de São Paulo (USP). Advogado.

Luiza Vero Fontes

Pós-Graduanda em Direito de Família e Sucessões pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogada especializada em Direito de Família e das Sucessões.

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Estágio pós-doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020-2021). *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Diretor do Brasilcon (2020-2021). Advogado parecerista.

Marcos Ehrhardt Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCont). Líder do Grupo de Pesquisas Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL) e Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

Maria Rita de Holanda

Professora da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), com doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pós-doutorado pela Universidad de Sevilla (Espanha), Pós-doutoranda em Direito e Tecnologia pela *International post-doctoral programme in new Technologies and law* (2022-2023) e Pesquisadora dos Grupos de pesquisa CONREP (Constitucionalização das relações privadas) da UFPE e Direito Civil e Ação da Unicap.

Milton Pereira de França Netto

Doutorando em Direito, na linha de Cidadania Digital, pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestre em Direito pelo Centro Universitário CESMAC. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogado e professor na área de Direito Digital. *Orcid*: <https://orcid.org/0000-0002-3671-1897>. *E-mail*: mpfn1989@gmail.com. *Instagram*: @milton.pereira.1.

Nino Donato Oliva

Mestrando em Direito Civil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Assessor no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Patrícia Ferreira Rocha

Doutoranda na Universidade do Minho (Portugal). Mestre pela Universidade Estadual de Pernambuco (UFPE). Advogada e professora de Direito das Famílias e Sucessões. Pesquisadora do CONREP (Constitucionalização das relações privadas) da UFPE. Diretora acadêmica do IBDFAM/AL. Membro da Comissão Nacional de Família e Sucessões da Associação Brasileira de Advogados (ABA). *E-mail*: patriciarochamcz@hotmail.com. *Instagram*: @professorapatriciarocha.

Pedro Diaz Peralta

He holds a Ph.D. in Law at Universidad Complutense de Madrid (2012). He was a Public Health Officer- Auditor at the Health and Food Safety Directorate-General of the European Commission (2002-2021). He is a Senior Researcher at the Universidad Complutense de Madrid (Spain) and Deputy Coordinator at GIESA-BIOLAW Research Group. He is a Scientific Consultant of the Scientific and Technological Society GGINNS – Global Comparative Law: Governance, Innovation, and Sustainability. *E-mail*: pedro.diazperalta@yale.edu and pdiazper@ucm.es.

Rafael Oliveira Soares

Advogado. Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (FDA/UFAL). Graduado em Direito pela UFAL (2010). Pós-graduado (2012-2013) em Direito Administrativo e Constitucional pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). *Master of Law* – LLM em Direito Empresarial (2019 a 2020) pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador

Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB Londrina. Advogada.

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro

Pós-Doutor em Direito Público pela Universidad Complutense de Madrid. Advogado e Parecerista.

Sérgio Coutinho dos Santos

Doutor em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas – Unit/Sotepp (AL). Professor do Centro Universitário CESMAC. *E-mail*: coutinhosergio@live.com.

Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar

Advogada. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Processo Civil. Professora universitária de Graduação e Pós-Graduação. Membro do IBDFAM Sergipe e Nacional. Presidente da Comissão de Alienação Parental do IBDFAM/SE. Ex-Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). *Coach* pelo Instituto Brasileiro de Coaching (IBC). PNL Practitioner pelo Instituto Elsever. Formada pela Dale Carnegie. Facilitadora de Justiça Restaurativa pelo convênio da UFPE, OAB/SE e Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.